

EDUCAÇÃO, ASPECTOS HISTÓRICOS E UMA “IDENTIDADE” ANÁLISE SOBRE A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SÃO BRAZ-BA

Jaqueline Barbosa da Silva¹

Resumo

A proposta desse artigo foi investigar a relação de identidade cultural quilombola dos alunos do na educação básica no segmento ensino fundamental II, pertencentes à comunidade de São Braz, em Santo Amaro, no estado da Bahia. Os objetivos específicos, buscamos analisar a escola como local de práticas étnico-raciais inclusivas de acordo com a Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Percebendo, contudo, como a escola contribui para o fortalecimento da identidade quilombola. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, um estudo de caso; tendo como principal instrumento de coletas de dados, os questionários. Como resultado foi possível reconhecer que os jovens não apreciam a sua localidade como resistência de uma luta histórica, coletiva e única dos povos afrodescendentes e a escola não contribui para a valorização e fortalecimento da sua identidade quilombola.

Palavras-chave: Educação. Identidade. Comunidade Quilombola.

Recebido em 02 de setembro de 2020 e aprovado para publicação em 10 de janeiro de 2020

¹ Professora da educação básica da rede pública e privada do município de Santo Amaro - Bahia. Mestranda em História da África da Diáspora e dos Povos Indígenas pela (UFRB). Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Especialista em Educação Pobreza e Desigualdade Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e em Políticas de Igualdade Racial no Ambiente Escolar, pela (UNIAFRO /COMFOR) pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro – Brasileira (UNILAB). Correio eletrônico: kelly.silva19@hotmail.com.

Introdução

A proposta desse artigo é apresentar resultados iniciados durante na comunidade remanescente de quilombo de São Braz, situada no município de Santo Amaro – Bahia no recôncavo baiano, território que se destaca pelo número de comunidades remanescentes de quilombo, que teve como objetivo central investigar a relação da identidade cultural dos alunos do ensino fundamental.

Inicialmente o que nos chamou atenção para o estudo foi a relação dos jovens estudantes com sua comunidade quilombola, desde já vale ressaltar que é uma construção marcada pelo pré conceito histórico cultural e racial. Para entender melhor essa problemática entre os estudantes jovens do ensino fundamental II sujeitos desta pesquisa e sua comunidade, procurou se focar em objetivos específicos buscou compreender a escola como local de práticas étnico-raciais inclusivas para o fortalecimento da identidade de acordo com a Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. E perceber como a escola contribui para o fortalecimento da identidade quilombola e para ampliação dos debates acerca do preconceito racial, que pode contribuir para o pertencimento dos alunos com a identidade negra e remanescente de quilombo.

A metodologia de estudo aplicada foi a pesquisa qualitativa, com a técnica de estudo de caso que segundo Yin “este tipo de estudo caracteriza pela análise de um ou de poucos objetos, a permitir conhecimento amplo e específico do mesmo”². E ainda busca a aplicação prática de conhecimentos para a solução de problemas sociais como pontua Boaventura³. Para a fundamentação utilizou-se teóricos que contribuam para definir as questões referente a identidade quilombola. Analisamos algumas leis e diretrizes como marcos legais norteadores para o desenvolvimento da pesquisa. O questionário foi o principal instrumento de coleta de dados como meio de investigar a identidade dos sujeitos da pesquisa e suas raízes quilombolas. Gray afirma que:

[...] os questionários são ferramentas de pesquisa por meio das quais as pessoas devem responder o mesmo conjunto de perguntas em uma ordem pré-determinada. [...] são uma das mais usadas técnicas de coletas de dados primários. [...] os questionários podem ser usados quando forem adequados aos objetivos da pesquisa. [...] onde forem preciso usar perguntas padronizadas o questionário é

² MELO, Ana Paula Nunes. **Plano Municipal de Educação: uma análise dos processos de construção no município de Várzea da Roça - Bahia**. 2016. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, Universidade do Estado da Bahia, Campus I. Salvador, Bahia. Disponível em: <http://www.uneb.br/gestec/files/2016/04/Disserta%C3%A7%C3%A3o-de-Mestrado-Ana-Paula-Nunes-Melo1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

³ BOAVENTURA Edivaldo. **Metodologia da Pesquisa Monografia: Monografia, Dissertação, Tese**. São Paulo: Editora Atlas, 2004. p. 160.

ideal e permitirá, se for necessária uma abordagem analítica explorando as relações entre variáveis.⁴

No total foram 75 questionários enviados para os sujeitos desta pesquisa, dos quais 43 foram respondidos, de modo que os resultados foram tabulados e analisados. O questionário foi organizado em cinco blocos, cada bloco contendo dez perguntas, onde foi considerada a faixa etária e a cognição dos sujeitos participantes.

No primeiro bloco as perguntas foram sobre o perfil dos alunos envolvidos. No segundo bloco fizemos uma descrição sobre o perfil das famílias dos sujeitos. No terceiro bloco apresentamos questões que retratasse sobre a comunidade de São Braz. No quarto bloco focamos assuntos referentes à escola e fizemos uma descrição detalhada de como eles compreendem a escola e as características para a oferta de uma educação quilombola. E por último, tentou-se fazer um levantamento sobre os programas sociais que estes alunos são beneficiários, a fim de se entender os aspectos sociais que os sujeitos estão inseridos. Para finalizar o questionário, foram lançadas charges e imagens referentes aos aspectos da cultura negra, onde os alunos pudessem apresentar suas opiniões e posicionamentos a respeito das características sociais e culturais dos negros que influenciam na sua própria identidade.

A principal ferramenta para elaboração do questionário foi *Google Forms*, sistema operacional gratuito disponível na plataforma Google. Para o encaminhamento do link do questionário utilizamos o Facebook, em virtude de alguns participantes da pesquisa não possuírem e-mail e a maior parte deles possuía uma conta nesta rede social. A baixa qualidade da internet na comunidade de São Braz foi uma das dificuldades e limitações encontradas para a aplicação dos questionários. Durante a aplicação foi possível perceber o engajamento e o compromisso dos alunos (sujeitos) em responder o questionário o que foi surpreendente para as pesquisadoras e fundamental para o respaldo quantitativo e qualitativo da pesquisa.

Assim, esta análise justifica-se à medida que procura buscar entender como a escola contribui para o fortalecimento da identidade quilombola e como a estigmatização histórica e o preconceito racial resulta no menor reconhecimento e no pertencimento dos alunos com a identidade negra e remanescente de quilombo.

⁴ GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real**. Trad. Roberto Cataldo Costa. 2^a ed. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 275.

O local do Recôncavo Baiano: Santo Amaro da escravidão ao quilombo

Observou-se desde o início desta pesquisa que é necessário compreender conceituações importantes sobre o tema referente as comunidades quilombolas. A dimensão adotada para melhor atingir os objetivos dessa pesquisa é a defendida por Souza:

[...] “quilombo histórico lugar de resistência de memória da resistência negra, como referência simbólica e conteúdo político e quilombo de direito conforme o artigo da Constituição Federal de 1988 em que documentos sítios atestam sua existência histórica e legitimidade jurídica e pertença cultural remanescente”.⁵

Partindo das dimensões da autora buscou aprofundar nas análises dessa pesquisa desmistificando a ideia de que quilombo, é significado de agrupamentos sociais isolamento e marginalizados. Ressaltamos e buscamos valorizar neste estudo a resistência sociocultural desse povo como esclarece abaixo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação:

[...] grupos de ocupação temporal ou de aprovação biológica, não de grupos isolados, a população nem sempre foram constituídos a partir de rebelados, constituem grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência [...] a concepção de que quilombos eram constituídos somente por africanos escravizados foi modificada ao longo do tempo mediante as reivindicações dos próprios quilombolas e das pesquisas de estudiosos. Insistir nessa concepção reducionista significa negar ou tentar invisibilizar o sentido histórico cultural e político dos quilombos.⁶

Todo estudo referente a população de matrizes africanas no Brasil, como o quilombo perpassa pela compreensão histórica afim de descrever as situações socioculturais atuais. Durante o período colonial no Brasil ainda não tratava se os espaços como comunidades, mais sim de quilombos, a definição de comunidade é mais contemporânea buscando demarcar a complexidade e as dimensões culturais e sociais próprias deste povo. O quilombo virou um símbolo do quilombismo: movimento que proporcionou a construção dos quilombos e conseqüentemente das atuais comunidades quilombolas.

Para as Diretrizes Curriculares da Educação o aquilombamento “é o processo de tornar-se quilombo”⁷. A Bahia foi o território brasileiro que recebeu grande quantitativo de escravos no período colonial, negros escravizados, que deram origem aos quilombos. Para entender as características quilombolas faz-se necessário perceber a relação étnica da Bahia com a África, iniciada desde o século XVI segundo as Diretrizes Curriculares esta relação

⁵ SOUZA, Laura Oliveira Carneiro de. **Quilombos: identidade e história**. 1ª Ed. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 2012. p. 131.

⁶ BRASIL. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Educação Quilombola**. p. 428. Disponível em: portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica.file Acesso em: 17 ago. 2019.

⁷ Ibidem, p. 429.

trata-se: “portanto de uma diáspora africana tema pouco discutido, mais se resume em entender que o movimento de saída da população de sua terra de origem para outra”⁸.

A Bahia foi um território brasileiro que recebeu grande quantitativo de escravos no período colonial, negros escravizados que deram origem aos quilombos. Os negros africanos vieram de diferentes localidades da África de acordo com Luis Vianna Filho no seu clássico publicado pela primeira vez 1946 “O negro da Bahia: um ensaio clássico sobre a escravidão” encontra-se referências:

[...] à Guiné, à Costa da Mina ou a Angola, “exprimindo populações ou territórios. Em momentos distintos Ciclo da Guiné. Sec. XVI. II – Ciclo de Angola. Sec. XVII., III. Ciclo da Costa da Mina. Sec. XVIII. IV – Última Fase A ilegalidade. Sec. XIX [...] São épocas diversas do comércio negro da Bahia, cada qual com os seus característicos próprios. Por elas se divide a história do tráfico baiano, um dos mais prósperos do Brasil, toda a economia nacional”.⁹

O território baiano durante o século XV e XVI, em decorrência do ciclo econômico da cana de açúcar foi local de recebimento dos africanos sob a dominação dos colonizadores europeus que impuseram a superioridade dos seus costumes e da sua cultura e colocaram estes negros africanos como escravos. Filho afirma: “o negro, rapidamente, assistiu à desintegração da sua cultura, enquanto as suas relações com a população dominante, por determinantes de caráter econômico e cultural, se transferiam para outros campos da vida social”¹⁰.

No processo escravista durante a colonização portuguesa no Brasil os negros africanos sofreram, todavia conseguiram perpetuar sua cultura. A Bahia é um espaço onde as relações sociais são marcadas por costumes e ancestralidade africana o que deu origem a formação da população baiana afrodescentes equivale a cerca de 76,3% de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de população que autodeclara pretos¹¹.

Ainda é no recôncavo baiano que existe grande concentração afrodescentes o território teve seu apogeu econômico e político no período da cana de açúcar época que as relações econômicas se baseavam neste produto. Durante o período colonial as cidades do recôncavo que se destacavam eram Santo Amaro, Cachoeira, por ser um grande polo na produção da cana de açúcar e do fumo, repleto de engenhos além de ser um grande entreposto comercial que abastecia a capital Salvador.

⁸ Ibidem, p. 430.

⁹ FILHO, Luiz Viana. **O negro na Bahia: um ensaio clássico sobre a escravidão**. 1ª ed. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 10.

¹⁰ Ibidem, p. 18.

¹¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **População Afrodescentes**. Disponível em: www.ibge.com.br. Acesso em: 8 set. 2017.

Os quilombos existem onde houve a escravidão negra, é uma resposta a luta pela sobrevivência do povo negro no Brasil, o recôncavo baiano por sua vez foi uma região que surgiu das relações não harmoniosa entre negros, escravos e os senhores de engenho de cana de açúcar durante o século XV e XVI, por isto, o alto índices de comunidades quilombolas neste território. Oliveira, afirma que no recôncavo existem relações com identidades próprias onde às características sociais, culturais e históricas são singulares o que define a importância dos municípios e povoados¹².

Os valores culturais são marcantes no recôncavo por se perpetuar até a contemporaneidade são resultados de relações sociais nem sempre harmoniosa ocorridas e materializadas nos municípios do recôncavo. As relações sociais ocorridas no recôncavo marcadas por disputas e conflitos e podem ser exemplificadas pelas comunidades quilombolas. Os territórios do recôncavo são marcados por culturas por costumes afro descentes, sobre esta região. Oliveira em seu estudo sintetiza impressões sobre a região afirmando: “percebe-se as relações subjetivas, criadas num determinado espaço com reflexos na identidade dos diversos grupos interessados em produzir/consumir aquela área delimitada”¹³. No recôncavo existem relações com identidades próprias onde as características sociais como ato de produzir, de expressar, o cotidiano, singulares definem a importância histórica dos municípios, cidades e povoados como a então comunidade quilombola em Santo Amaro município do recôncavo baiano.

Santo Amaro município tem 489,323km² há 78,5km da capital Salvador, com a população estimada de 61. 961 mil habitantes na sua maioria afrodescendente de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística IBGE cita os fatos históricos do município:

Em 1557, nasceu e cresceu à margem do Rio Taripe, nas proximidades do mar, a povoação de Santo Amaro. Aí viveram os colonizadores, por vários anos, construindo suas habitações, seus estabelecimentos, sua capela e tirando do rio e do mar peixes e crustáceos para sua subsistência. Antes de firmarem o seu domínio na região, tiveram os colonizadores lusos de travar sucessivas e renhidas guerrilhas com os primitivos habitantes das margens dos rios Sergi-Mirim e Subaé – os tupinambás – que, no entanto, vieram mais tarde prestar inestimáveis serviços aos colonos.¹⁴

De acordo com dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- EMBRAPA as características ambientais como relevo plano cortado por rios como o Traripe, Subaé e

¹² OLIVEIRA, Alessandra Araújo. **Dinâmica Territorial do Recôncavo Baiano**: Especialidade e Temporalidade. In: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre: Anais, 2010. p. 1-13. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiasespacial/09.pd>. Acesso em: 17 out. 2017.

¹³ Ibidem, p. 5.

¹⁴ IBGE - Santo Amaro (BA). **ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: 1958. v. 21 p. 294-304. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_21.pdf. Acesso em: ago. 2020.

Sergimirim, o clima litorâneo úmido, o solo massapé todas essas condições ambientais contribuíram para que o cultivo da cana de açúcar acontecesse durante o período colonial em terras santoamarense¹⁵. Os frutos das relações entre negros escravos e donos de engenhos se perpetuam e hoje e constituíram na cultura do município as raízes afro são marcantes na gastronomia, artesanato, bens materiais e matérias como as manifestações populares, isso se justifica por Santo Amaro ser um polo econômico que recebeu grandes levas de negros como Santos afirma “por conta das ocupações de terras e formação dos engenhos, recebeu diferentes levas de escravizados”¹⁶. Paim esclarece a etnia que ocuparam região de Santo Amaro foram Bantos, Nagôs e na sua grande maioria de origem Malês¹⁷.

Santos nos diz que pelo decreto de Lei nº 12.978 de junho de 1944 a formação administrativa de Santo Amaro constava de onze distritos e trinta povoados incluindo a então área de análise São Braz localizada a 15 minutos da sede do município¹⁸.

O reconhecimento hoje de São Braz enquanto comunidade tradicional quilombola é fruto de um processo histórico de negação. Os atuais moradores são representantes da resistência vivenciada pelos seus antepassados, “os quilombos compreendidos também como povos ou comunidades tradicionais, é possível afirmar que a história dessa parcela da população tem sido construída por várias estratégias de luta contra o racismo pela terra e pelo território”¹⁹. A subsistência é retirada da pesca e da mariscagem, o modo de pescar criando seus próprios instrumentos, a relação ancestral com o povo negro são aspectos a serem considerados o que atribuí a localidade a característica de território tradicional como afirma Santos que as “tradições institucionalizada são religiões de matrizes africanas, ao mesmo tempo que a capela construída de acordo entre anos de 1680 -1960”²⁰.

Antes da ocupação e da demarcação colonial da formação do engenho a localidade foi um grande polo de ocupação de negros escravos refugiados que estavam em busca de esconderijos e fuga migravam da sede de Santo Amaro e de outros locais de engenho do município, onde a burguesia colonial ocupava e castigavam os negros.

Vestígios antigos no povoado como a “Cafua” uma ruína emaranhada de cipós que certamente servia de esconderijo para os negros escravos na busca de se esconder das mazelas da escravidão. Santos, ressalta que “ser um local cuja palavra é de origem banta,

¹⁵ EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA EMBRAPA. Perfil ambiental das Cidades. Disponível em: <http://www.embrapa.br>. Acesso em: 9 nov. 2017.

¹⁶ SANTOS, Aline de Assis. **Ancestralidade e história no Recôncavo Baiano**: construção do conhecimento ancestral no povoado de São Braz, em Santo Amaro. 2014. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação e Contemporaneidade) – Departamento de Educação I, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2014. p. 20.

¹⁷ PAIM, Zilda. **Isto é Santo Amaro**. 3. ed. Salvador: Academia de Letras, 2005. p. 230.

¹⁸ SANTOS, op. cit., p. 23.

¹⁹ BRASIL, op. cit., p. 435.

²⁰ SANTOS, op. cit., p. 21.

dicionarizada no Aurélio, significando esconderijo, habitação miserável e, associado à questão de São Braz estar em uma região de escravização²¹. Alguns traços materiais foram apagados no local na construção dos engenhos, usinas, a autora ainda afirma que documentos mostram a confirmação de um engenho em São Braz, pontua documentos históricos:

[...] no livro 4, das escrituras, presente na Santa Casa de Misericórdia de Salvador, foi declarado, nos termos da hipoteca feita pelo Coronel Antonio Gomes de Sá, em 1787, à dita Santa Casa, que São Braz era um engenho “corrente e moente”, provido de “todas as suas fábricas e acessórios”. Ser “corrente e moente” significava estar de todo acabado e preparado para a produção do açúcar, fato que tinha que ser comunicado à Portugal na época.²²

Ofícios, documentos e os fatos históricos, a relação baseada na escravidão, o modo de vida da população que se perpetua até hoje, os costumes religiosos, as ruínas, a pesca e a mariscagem como modo de subsistência é o registrado modo de vida das pessoas na atualidade como afirma Santos “é muito comum vê os moradores cosendo redes, consertando as canoas, fazendo cazuá” marcam o cotidiano de São Braz como uma comunidade remanescente quilombola desde 2009²³:

[...] indivíduos que não faziam parte de uma ordem hegemônica, seriam os negros, índios e brancos pobres, já interculturados. Essas relações eram comuns por conta da formação dos quilombos, uma espécie de agrupamento humano formado por negros fugidos, brancos europeus e brasileiros pobres, e os chamados, devido às relações interétnicas, de mulatos, cafuzos e mamelucos. “Independente da etnia, os grupos que viviam nos quilombos compartilhavam relações de solidariedade”.²⁴

Em 15 de dezembro de 2008 a comunidade de São Braz solicitou a Fundação Cultural Palmares, através de um ofício o reconhecimento do povoado enquanto comunidade quilombola. No documento oficial enviado para o órgão oficial descreve a constituição e formação da comunidade,

“cerca de 350 famílias que sofrem de descaracterização pelas condições precárias de trabalho, saúde”. Os moradores ressaltam a ancestralidade como também uma das características “os traços históricos têm seguramente mais de cinco gerações visto que nascemos na referida área, inclusive, nossos avós, bisavós e tataravós”. “Os costumes negros, cantigas danças artesanatos, histórias, atividades profissionais (pesca e agricultura familiar) e a religiosidade estão sendo perdidos por interferências religiosas, turísticas e o descaso do estado para com nosso patrimônio cultural”.²⁵

²¹ Ibidem, p. 22.

²² Ibidem, p. 23.

²³ Ibidem, p. 33.

²⁴ Idem.

²⁵ FUNDAÇÃO PALMARES. **Comunidades quilombolas**, 2015. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/>. Acesso em: 11 ago. 2020.

Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 nos termos do processo administrativo e publicado no Diário Oficial da União nº 228 de 28 de novembro 2007²⁶ a comunidade se autodefine como remanescente de quilombo, certidão lavrada, em 09 de março de 2009. Mas é importante destacar que essa certificação não resultou no asseguramento total de direitos, bem como na titulação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA, da posse de terra²⁷.

Segundo informações dos líderes comunitários locais a certificação foi concedida pela fundação Palmares, contudo a titulação que é uma garantia do direito a posse da terra não aconteceu, ainda, existe uma disputa local por uma grande empresa de celulose que ocupa um terreno quilombola que caso essa titulação ocorra terá que pagar indenizações a comunidade.

Este cenário é típico na luta de classes onde os dominantes, empresários, tenta esmagar a classe menos favorecida. Assim, os quilombolas, continuam sofrendo com a violação dos direitos com a tutela e apoio, de governos, na medida em que o poder público, local favorece a concessão do grupo empresarial, negando o direito legal assegurado a posse de terra a comunidade de São Brás.

O direito a terra além de ser uma reparação social perpassa pela garantia de pertencimento pois os quilombolas da comunidade de São Braz utilizam a agricultura como uma das formas de subsistência nos períodos de defeso, ou seja, período de reprodução, da extração do marisco. Trevisam pontua sobre as relações conflituosas da terra e da identidade do indivíduo:

Considerado o trabalhador rural como objeto dessa violência, sua condição de eficácia está ligada à capacidade de minar individualidades e identidades. E, no entanto, não há nada que nos permita afirmar que o trabalhador rural abandone, necessariamente, a realização de sua vontade. De fato, por mais que estejam dadas as "condições materiais" de emergência do litígio, ele só é deflagrado com uma ação do trabalhador rural. É essa iniciativa que institui o conflito.²⁸

Estas e outras questões que limitam e influenciam na relação de pertencimento dos alunos quilombola perpassa pela ideia de escravidão histórica de negros refugiados e local

²⁶ SANTO AMARO. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Estabelece São Braz como Comunidade Quilombola. Diário Oficial da União nº 228, v. 228, 28 de nov. 2007.

²⁷ INSTITUTO NACIONAL COLONIZAÇÃO E REFORMA ÁGRÁRIA – INCRA. **Comunidades Quilombolas**. Brasília, 2017.

²⁸ TREVISAM, Elisaide; SANTOS, Miriam Andrade. **Disputas por terra e violência no campo na atualidade brasileira e o respeito pelos direitos humanos**. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=4fc5e22514f6323e>. Acesso em: nov. 2017.

de exclusão limitando a não valorização tão necessária da identidade por parte dos jovens sujeitos desta pesquisa.

Nesse sentido a identidade quilombola dos jovens de São Braz é “entendida como um processo de construção de significado com base em atributo cultural”²⁹. A percepção do que foi e o que é a comunidade quilombola para os jovens estão carregadas de pré-conceitos históricos construindo por gerações, até mesmo na escola onde o processo de resgate e de valorização deveriam acontecer. A educação destinada aos alunos negros ou não como define Munanga: “é uma educação envenenada pelos preconceitos não existindo práticas educativas inovadoras e transgressoras em prol de um resgate, em busca da reconstrução social e valorização da identidade negra, nem tão pouco quilombola”³⁰. A maneira como foi transmitido o cerne dos questionamentos em torno da questão indenitária à transmissão dos costumes culturais negros sempre foram carregados de pré-conceitos. Munanga ainda afirma que:

[...] “Embora concordemos que a educação tanto familiar como escolar possa fortemente contribuir nesse combate, devemos aceitar que ninguém dispõe de fórmulas educativas prontas a aplicar na busca das soluções eficazes e duradouras contra os males causados pelo racismo na nossa sociedade. A primeira atitude corajosa que devemos tomar é a confissão de que nossa sociedade, a despeito das diferenças com outras sociedades ideologicamente apontadas como as mais racistas”.³¹

A educação deve reestruturar a identidade dos alunos e alunas das comunidades remanescentes quilombolas. Essa foi e, ainda é, o maior desafio para o processo educacional nas escolas situadas nos territórios quilombolas. Segundo Hobsbawm³², somente quando a tradição reinventa-se ela pode perdurar e a educação tem um papel fundamental nesse processo de reafirmação identitária, conforme determina a DCN sobre educação quilombola “deve-se pensar na história e na educação como meio também de reação a luta contra a desigualdade racial [...] na organização educacional devemos analisar de forma cuidadosa esse instrumento não esquecendo das suas funções no processo de ensino aprendizagem desmistificar e esclarecer os fatos históricos e culturais”³³.

Silva também explica aspectos da modalidade de educação quilombola e sua necessária relação com a identidade:

²⁹ SOUZA, Laura Oliveira Carneiro de. **Quilombos: identidade e história**. Rio de Janeiro: 1ª ed. Nova Fronteira, 2012. p. 79-80.

³⁰ MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. São Paulo: 3. ed. Autêntica, 1999. p. 16.

³¹ Ibidem, p. 23.

³² HOBBSAWM, Eric.; RANGER, Terence. **A inovação das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. p. 23.

³³ BRASIL, op. cit., p. 438.

[...] E, para pensar uma educação quilombola, algumas perguntas precisam ser feitas para que possamos caminhar rumo à construção de indicadores que possibilitam de forma mais inclusiva tratar da história e cultura desses grupos que até então não foram entendidos e retratados de forma a positivar a sua presença no Brasil, seus saberes, seus modos de viver, e de se organizar, nem foram reconhecidas as inúmeras contribuições no processo de formação do povo brasileiro nos mais variados.³⁴

A educação tem um papel fundamental no processo de reafirmação da identidade, pois tem a possibilidade de reconstruir a valorização da cultura dos sujeitos remanescentes do quilombo. Portanto, pensar em uma educação quilombola requer buscar na história a origem da formação do povo brasileiro para desmistificar e esclarecer os fatos históricos, sociais e culturais.

A resistência Quilombo Matriz para a valorização da própria identidade

Para a investigação do objeto foram aplicados questionários. Este instrumento foi disponibilizado para os setenta e cinco (75) alunos, que compõem o segmento do fundamental do 6º ao 9º ano da escola. Todos são estudantes do turno matutino e destes 79% não exercem atividade remunerada. Acrescenta-se que são jovens em idade média entre 13 e 15 anos.

No bloco perfil dos alunos, pontuamos questões sobre a cor, como uma das categorias a serem analisadas e importantes para entendermos os aspectos sobre identidade negra quilombola. Todavia, vale dizer que essa categoria não foi o único ponto analisado. Na questão: Como se consideram? As respostas foram agrupadas conforme o sistema classificatório oficial do IBGE³⁵. Que define em: preto, pardo, branco, amarelo e indígena.

Nesta perspectiva, 71,4% dos respondentes consideram-se negros, 26,2% pardos. Contudo, é importante mensurar que apesar de se declararem negros não existe valorização e sim, uma negação da própria cor e da sua origem negra. Isso ocorre devido à influência de processos sociais históricos que colaboram para a perpetuação desse estigma negativo da sua história e da “cor repleta” de preconceitos. Para os jovens, o fato de se identificarem e assumirem a sua cor preta pode também reafirmar a sua condição de marginalizados e inferiores, por este motivo, nas falas e ações muitos optam por se assumirem “morenos”.

Os envolvidos tiveram também que responder sobre as características familiares. A forma coletiva de viver, bem como, as características da comunidade quilombola. Para Lara, as comunidades quilombolas “são também percebidas como aquelas que congregam laços

³⁴ SOUZA, op. cit., p. 34.

³⁵ IBGE, op. cit., p. 10.

de convivência e coletividade”³⁶. Essa afirmação de Lara explica o número expressivo de familiares morando na mesma casa. Cerca de 78,6% dos alunos, moram com três a sete membros da família entre avós, pai, mãe, irmãos, tios em moradias adquiridas por recursos próprios.

A renda dessas famílias é mantida 38, 1% por suas mães, seguindo de pais 26, 2% e os avós 23, 8%. O IBGE já aponta que 87, 4% das mulheres no Brasil são chefes de família, essa é a mais recente configuração econômica familiar³⁷. As principais atividades são realizadas pelas mães, as quais mariscam, vendem, ou trabalham muitas vezes como domésticas em outros municípios como Salvador, São Paulo, Saubara, a fim de se manter a renda familiar em suas casas. E os avós tornam-se responsáveis por acompanhar a criação dos jovens e complementar a renda.

Tratando-se ainda da estrutura familiar dos sujeitos, um ponto relevante foi a descendência afro dos jovens. Ao serem questionados se na sua família existia descendência afro, os 88, 1% responderam que existem pessoas afrodescendentes em sua família. Este dado poderia ser visto como positivo, porém, levando-se em consideração a localidade quilombola de São Braz, este dado poderia ser 100% por ser um grupo onde houve a predominância da etnia negra na sua composição familiar.

Sobre a composição familiar do povo de São Braz, Santos, em sua dissertação intitulada: “Ancestralidade e história no Recôncavo Baiano: construção do conhecimento ancestral no povoado de São Braz, em Santo Amaro” esclarece sobre: “o baixíssimo nível de mistura étnica em moradores da localidade, cujos índices de ancestralidade genética africana variaram entre 98% a 99%. Geneticamente falando, esse grupo pouco se interrelacionou durante séculos de existência³⁸”.

Existiram quatro outros blocos de questões subjetivas, onde os alunos discorreram sobre aspectos da sua identidade que fundamentaram os dados desta pesquisa e permitiram compreender a relação da identidade cultural dos alunos do ensino fundamental, e ainda, perceber como a escola contribui para o fortalecimento da identidade da comunidade quilombola de São Brás.

Os resultados identificados na investigação da pesquisa permitiram afirmar que a escola não aplica as diretrizes estabelecidas pela DCN, direcionadas à modalidade de educação quilombola. Isso se justifica também pelo fato de que atualmente a Secretária

³⁶ LARA, L. M. Esporte e lazer em comunidades quilombola no Paraná: Identificando realidades e apontando desafios para implementação e/ou aprimoramento de políticas públicas. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 1-271, jan./mar. 2012. p. 21.

³⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Renda familiar**. Disponível em: www.ibge.com.br. Acesso em: 01 nov. 2017.

³⁸ SANTOS, op. cit., p. 36.

Municipal de Educação, órgão responsável pela implementação e execução das políticas públicas para a educação do município. E ainda, o Conselho Municipal de Educação-CME que é a instituição responsável por fiscalizar e controlar a execução dessas políticas, não tem exercido o que a Lei determina.

As análises da pesquisa revelaram que as estratégias didáticas de aprendizagem aplicadas na unidade escolar não atentam para o fortalecimento da identidade dos jovens alunos. Os documentos como o Projeto Político Pedagógico-PPP, a matriz curricular, os livros didáticos, as práticas metodológicas utilizadas pelos professores não estão articulados com as políticas específicas para alunos e alunas, remanescente de quilombo, conforme expressa na legislação da educação brasileira.

Um exemplo dessa questão é a alimentação ofertada pela escola para seus alunos, pois a Lei estabelece que: “os alunos de uma comunidade quilombola deverá considerar conhecimentos tradicionais, saudáveis, superando práticas alimentares massificadas e industrializadas”³⁹. Assim, a política de alimentação deve ser diferenciada, com produtos fruto da subsistência da comunidade local. Possibilitando, deste modo, o fortalecimento econômico e cultural dessa população. Nas respostas dos alunos, sobre esta questão, encontramos relatos sobre a repetição da alimentação distribuída e que os produtos são industrializados, o que não condiz com as determinações pontuadas na legislação.

Lamentavelmente o que se percebeu no cotidiano dessa escola é uma descaracterização e descumprimento legal de uma educação específica para essa comunidade quilombola, conforme determinado pela legislação. Na prática, essa educação torna-se generalizada, com poucos mecanismos ou até mesmo ausência de instrumentos de suporte educacionais e didáticos que sustentam a concepção de uma oferta para uma educação que atenda aos remanescentes de quilombo.

Essa questão nos remete à história brasileira de como o negro sofre com os processos excludentes e de abandono, pela ausência do cumprimento legal e da completa veracidade dos mecanismos para exercer o direito a uma oferta de uma educação que atenda as especificidades da população negra, em especial os remanescentes do quilombo. Ribeiro, pontua que a atuação do Movimento Negro tem como objetivo “a garantia para os avanços e as conquistas para a população negra no Brasil, em busca de uma reparação histórica política e sociocultural”⁴⁰. Munanga⁴¹ esclarece que nossos instrumentos de trabalho na escola

³⁹ BRASIL, op. cit., 447.

⁴⁰ RIBEIRO, Matilde. **Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil (1986-2010)**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2014. p. 368.

⁴¹ MUNANGA. **Diversidade, identidade, etnicidade e cidadania**. Disponível em: www.acaoeducativa.org.br. Acesso em: 8 nov. 2018.

e na sala de aula, isto é, os livros e outros materiais didáticos visuais e audiovisuais carregam os mesmos conteúdos viciados, depreciativos e preconceituosos.

Segundo Souza⁴² é preciso compreender a importância do cumprimento da legislação para a oferta de uma educação para os remanescentes, porque isso interfere no processo de reconhecimento da identidade. O que pode servir para reforçar os elementos culturais dessa população, elementos os quais possibilitarão a inclusão ou a sua exclusão social.

Portanto, compreendeu-se que a identidade quilombola precisa ser resignificada e a educação é um mecanismo para amenizar e buscar estratégias para combater os pré-conceitos existentes. Resgatando significativamente, a luta por espaços de vida, ancestralidade, memória, conhecimentos tradicionais, formas de cultura e de cuidado para este povo. Na tentativa de continuar a entender como a educação quilombola pode ser um viés de valorização dessa identidade cultural, buscamos compreender como é planejada e estruturada a educação quilombola no município de Santo Amaro. Sentimos assim, a necessidade de se analisar como a modalidade de educação quilombola está definida no Plano Municipal de Educação -PME⁴³ que foi aprovado, em 22 de junho de 2015.

Após as leituras e as análises da Lei N.º 2016/2015, do PME⁴⁴, foi possível identificar que neste documento, que planeja a educação municipal para os próximos dez anos, não existe nenhuma alusão à educação quilombola. Percebemos que alguns dos objetivos que foram elaborados para atender às demandas da educação do campo, assemelham-se às questões da população quilombola. O que mostra uma superficialidade e fragilidade nas relações educacionais étnicas que não são levadas como premissas em um contexto que deveria ser diferenciado pela especificidade do município que possui inúmeras comunidades remanescentes de quilombo.

Apesar de não existir, no PME, planejamento de ações voltadas para a comunidade quilombola, o município por meio da Lei nº 11. 494/2007 recebe recursos para a garantia e distribuição anualmente. A fim de subsidiar o funcionamento, a organização, a gestão e a formação continuada de professores, como determina as DCNs: “ter rubrica própria que atenda suas especificidades”⁴⁵. Assim, o município dispõe de orçamento para o atendimento específico para as escolas quilombolas, embora esse atendimento não seja prioridade para o município.

⁴² SOUZA, op. cit., p. 43.

⁴³ SANTO AMARO. **Plano Municipal de Educação.** Disponível em: <https://municipioonline.com.br/ba/prefeitura/santoamaro>. Acesso em: ago. 2018.

⁴⁴ BRASIL Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm. Acesso em: ago. 2020.

⁴⁵ BRASIL, op. cit., 454.

Além do PME, outro documento importante é o Projeto Político Pedagógico PPP que é o instrumento de planejamento das ações de cada unidade escolar. Este possui uma escala institucional local, por isso requer atenção especial quanto às questões do nosso objeto de estudo. Pois, este documento norteia as ações didáticas, administrativas e pedagógicas da escola. Assim, compreendendo a importância do PPP, tentamos localizar este documento na unidade escolar de estudo, nosso objetivo seria fazermos uma leitura e análise para identificarmos as ações que foram discutidas na construção deste instrumento para o atendimento das características do alunado remanescente de quilombo, conforme as especificidades determinadas na legislação educacional brasileira.

Infelizmente, o PPP não foi encontrado na unidade escolar, pois segundo às informações da gestão escolar, “o documento, ainda será reelaborado, por não apresentar aspectos específicos e direcionados ao atendimento peculiar da comunidade quilombola”. A proposta para a reelaboração ou construção do PPP da unidade escolar Ana Judite de Araújo Melo seria uma tentativa de adequar o documento e o planejamento das ações dessa unidade escolar às determinações legais para a população quilombola local.

Neste sentido é que as DCN estabelecem que a escola deve ter:

[...] uma proposta transgressora que induza um currículo a romper práticas ainda inflexíveis em tempos e espaços escolares rígidos na relação entre o ensinar e o aprender com a visão estereotipada e preconceituosa sobre a história e a cultura de matrizes afro-brasileira.⁴⁶

236

Para atingir um currículo transgressor enfatizado pelo DCN é importante pontuar a educação quilombola em legislações específicas. Buscando orientações legais na construção de ações pedagógicas no ambiente escolar que façam valer o papel da escola enquanto agente transformador social em uma comunidade remanescente.

Assim, a construção da cidadania e de direitos que tanto aborda na escola é algo que na prática cotidiana escolar, ainda, não vivenciado na escola de fundamental II em São Braz. Desta forma, a comunidade quilombola apesar de ter uma unidade escolar que atende a sua população, deixa de ter a garantia dos seus direitos atendidos pela ausência de significados e símbolos ligados à valorização da sua identidade cultural.

Para melhor entender esta problemática discorrida no parágrafo anterior e o seu impacto da valorização da sua identidade cultural na comunidade quilombola de São Braz, na pesquisa, o instrumento que utilizamos foram os questionários. Neles inserimos algumas imagens como meio de fomentar as percepções dos alunos sobre as características do seu povo negro. Assim, foi solicitado que os sujeitos deixassem as suas impressões sobre a

⁴⁶ BRASIL, op. cit., 466.

compreensão e a sua identidade com essas imagens. Nas respostas escritas foi detectada a falta de valorização da identidade negra entre os jovens. Havendo perceptivelmente um esvaziamento e afastamento dessa identidade. Acreditamos que isto ocorre pela desvalorização histórica que passaram as comunidades quilombolas e, como consequência, percebemos a ausência de políticas públicas que possa garantir o reconhecimento da população quilombola.

Munanga⁴⁷ explica que os alunos afrodescendentes associam o processo histórico do negro no Brasil com sua identidade. Como existiu a escravização e depreciação do negro durante todo o processo histórico social desse povo, hoje as mazelas históricas dolorosas muitas vezes, são colocadas na memória coletiva social do povo afrodescendentes o que desempenha um papel fundamental na construção identitária. Souza, enfatiza “questões elaboradas no presente que se quer compreender, a memória é uma (re) construção porque ela se realiza no presente com material do passado”⁴⁸.

Sobre esta questão continuemos: “a identidade evoca sempre os conceitos de diversidade, isto é, de cidadania, raça, etnia, gênero, sexo, com os quais eles se mantêm relações ora dialéticas, ora excludentes”. A identidade atual dos jovens da comunidade de São Braz é um reflexo histórico excludente que passaram o povo quilombola, para combater esse esvaziamento e marginalização da memória negra. Munanga pontua que “tomada de consciência das diferenças desemboca em processo de formação das identidades”,⁴⁹ tomar consciência do seu processo histórico, cultural e social é importante para começar a elevar a identidade desses alunos.

A identidade quilombola está ligada à memória coletiva de povo remanescente que internalizou as dores e pré-conceitos ligados ao seu povo, aos seus costumes e a sua religião. A religiosidade caracteriza fortemente esta situação. Este é um ponto importante a ser referenciado tratando-se de um aspecto cultural, por isto, foi uma categoria analisada nos questionários desta investigação.

Assim, quando os alunos responderam a respeito da religião a qual eles e suas famílias pertencem, nenhum deles professou pertencer às religiões de matrizes africanas. Aqueles que são simpatizantes e, até mesmos, os praticantes dessa religião não assumiram. O que causa perplexidade, uma vez que a religião é um elemento que faz parte da cultura de um povo. A essa negação histórica pode-se associar ao nosso processo de colonização, o qual envolveu os negros que descenderam dessas famílias e, como resultado, o pré-conceito dos

⁴⁷ MUNANGA. **Diversidade, identidade, etnicidade e cidadania**, op. cit.

⁴⁸ SOUZA, op. cit., 81.

⁴⁹ MUNANGA. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**, op. cit., p. 23.

afrodescendentes quilombolas, que continua incrustado devido há anos de colonização e de marginalização das religiões de matrizes africanas.

Para Munanga a religião afro, no contexto escolar, tem a construção baseada na negação das raízes negras: “A predominância de uma única matriz religiosa na educação das escolas, ensinada sob forma de catequese e não de apreciação histórica e cultural das diversas religiões, tem contribuído para [...] internalizar a imagem idealizada negativa que a escola expande, da religião de origem africana”⁵⁰.

Cabe à escola, ainda, compreender a importância do seu papel social e de formadora de cidadania, principalmente, quando abordamos a parcela da população afro-brasileira, que precisa buscar o resgate, a afirmação e a valorização da identidade. O grande desafio da educação em suas práticas como afirma Munanga é “buscar estratégia na luta contra o racismo a partir da problemática da negritude, entender as dificuldades que os afrodescendentes encontram para canalizar politicamente sua identidade cultural”⁵¹.

Em síntese, os resultados registrados neste artigo possibilitam entender a necessidade de se pensar, planejar e efetivar uma educação significativa e de qualidade para o atendimento dos jovens quilombolas. Onde, estes estudantes sejam estimulados, na sua escola, a valorizar sua identidade, a repensar a sua condição social e a de seu povo. O que possibilitará, certamente, a preservação dos aspectos culturais dos afrodescendentes para as próximas gerações. A falta de práticas educativas fundamentadas nas diretrizes endossa a ausência do real valor e importância da resistência cultural dos povos remanescentes. Entre os jovens, contribuindo para uma educação quilombola esvaziada, sem mecanismos, instrumentos, didáticos que sustentam a valorização indenitária do seu povo, conforme determina a legislação brasileira.

Considerações Finais

A educação quilombola existente nesta comunidade, apresenta uma série de elementos a partir da história “passada” e da “presente”. A história “passada” transmitida para os jovens na qual influencia significativamente na construção da sua própria identidade, é carregada de estigmas e de pré conceitos reducionistas o que desvaloriza a população de São Braz colocando-a sempre oriundos de negros fugidos, marginais da época. Já a história constatada durante o desenvolvimento deste estudo é a história “presente”

⁵⁰ MUNANGA, op. cit., p. 30

⁵¹ MUNANGA. **Diversidade, identidade, etnicidade e cidadania**, op. cit., p. 10.

revela um povo rico culturalmente e fortes suficientes para resistir, capazes de assegurar no seu cotidiano sua cultura e sua sobrevivência.

Pode-se também, constatar que a educação ofertada ao povo preto jovem desta comunidade, não desmistifica e não valoriza suas raízes históricas de resistência. O que continua deixando este adolescente à margem da sociedade. A ausência de uma educação de qualidade insere estes alunos em um processo de marginalização, semelhante no período colonial quando houve o surgimento do quilombo. Não os capacita dos seus direitos constitucionais e das conquistas históricas obtidas através das lutas dos seus ancestrais que sobreviveram e resistiram para guardar a riqueza cultural do seu povo.

No cotidiano escolar o que percebemos é que os jovens da comunidade de São Braz possuem uma educação descontextualizada com o processo de resgate e afirmação cultural do seu grupo social brasileiro, como o quilombo. As características de ancestralidade, de resistência à cultura, o empoderamento dos direitos adquiridos durante o processo histórico de luta dos negros não faz parte do currículo destes estudantes. Não é observado nas práticas pedagógicas, nem no processo de ensino-aprendizagem do ambiente escolar em estudo. Com isso, o processo de valorização e resgate da identidade desses sujeitos da pesquisa é algo superficial, sem impactos positivos.

Até o período de estudo e elaboração desse estudo meados que aconteceu entre 2017 e 2018 foi possível identificar situações carregadas, ainda, de pré-conceitos, estranhamentos e falta de conhecimento acerca da questão educacional em pauta. E principalmente, sobre a aplicação de um currículo que atenda à educação quilombola. Percebemos no cotidiano da escola que os documentos como as DCNs da Educação Básica não subsidiam as propostas pedagógicas, apresentando solidez em uma educação étnica, que busque romper com os processos de aprendizagens eurocêntricos, colonizadas e segregacionistas, as quais colocam o negro em uma condição marginalizada, carregadas de estereótipos e descontextualizadas na educação quilombola. O currículo escolar da unidade educativa em foco não está adaptado para uma escola quilombola. Não existe alimentação diferenciada, o PPP não foi encontrado na unidade escolar, os livros didáticos não possibilitam que os jovens enxerguem suas histórias e possam identificar as características de sua comunidade.

Os sujeitos desta pesquisa não se enxergam e não percebem a sua localidade como fruto de uma história coletiva única e de resistência. E é neste panorama que a escola deveria atuar como uma ferramenta de aprendizagem e formação crítica no processo de conscientização frente a indeferimentos de direitos e valores culturais. De fato, a inclusão e a valorização ainda não se constituíram como prática educativa que garantam o atendimento da especificidade quilombola para os alunos da comunidade de São Brás.

Assim, percebe-se a dificuldade dos alunos em construir laços de pertencimento, a fim de ressignificar a sua identidade. Visto que, a escola não possui uma proposta educacional que possa contribuir para o reconhecimento e valorização da cultura quilombola. Ressaltamos, contudo, a importância para que as estratégias educacionais sejam apropriadas para a modalidade de educação quilombola. Cabe ao Estado, bem como, ao poder público local, fiscalização atuante e medidas educacionais elucidativas e significativas para que o currículo da comunidade de São Brás atenda às necessidades inclusivas de resgate e valorização do povo quilombola pertencentes nesta localidade. Os profissionais da educação devem na prática, utilizar a escola como espaço para a formação de identidade. Onde os indivíduos negros jovens perpetuem uma história de resistência e se dos seus direitos adquiridos ao longo do tempo, através de muitas lutas. Contribuindo, desta forma, para reconstrução e formação identitária do povo local e, concomitantemente, buscando desconstruir relações discriminatórias e racistas, a fim de gerar uma valorização sociocultural dos alunos quilombolas.